



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
GERENCIA DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DO TRABALHO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VITÓRIA

VITÓRIA/ES
2017

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VITÓRIA**

VITÓRIA/ES

2017

Prefeito de Vitória

Luciano Santos Rezende

Secretária Municipal de Assistência Social em Exercício

Iohana Kroehling

Subsecretária de Assistência Social

Iohana Kroehling

Subsecretária de Segurança Alimentar e Nutricional

Anabel Araújo Gomes Pereira

Gerente de Gestão da Assistência Social

Denise Wanick Moreira Gonçalves

Coordenador da Gestão do Trabalho

Adriano de Jesus Almeida

Equipe Elaboradora

Adriano de Jesus Almeida – Coordenador da Gestão do Trabalho

Débora de Oliveira Batista – Estagiária em Serviço Social

Gabriela Gilles Ferreira – Assistente Social

Isabela Queiroz Coutinho – Assistente Social

Marcia Pereira dos Santos – Assistente Social

Silvana Gallina – Assistente Social

Silvia Cristina Caldas – Coordenadora do CRAS Praia do Canto

Colaboração Técnica

Andréa Santos de Ataíde Almeida – Assistente Social

Leonara Gonçalves Ribeiro – Assistente Social

Renata Leite Mendes da Fonseca – Assistente Social

LISTA DE QUADROS

- Quadro 01 -- Identificação da presidência do COMASV
- Quadro 02 -- Identificação da representação governamental do COMASV
- Quadro 03 -- Identificação da representação da sociedade civil do COMASV
- Quadro 04 -- Territórios Socioassistenciais

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 -- Perfil dos Trabalhadores da SEMAS

Tabela 02 -- Perfil dos Trabalhadores de nível da SEMAS

LISTA DE SIGLAS

CEDOC --	Centro de Documentação
CFESS --	Conselho Federal de Serviço Social
CF/88 --	Constituição Federal de 1988
CGT --	Coordenação da Gestão do Trabalho
CNAS --	Conselho Nacional de Assistência Social
CVS --	Coordenação de Vigilância Socioassistencial
COMASV --	Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória
GAC --	Gerencia da Alta Complexidade
GAF --	Gerencia de Atenção à Família
GGAS --	Gerencia da Gestão da Assistência Social
GMC --	Gerencia da Média Complexidade
LOAS --	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS --	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MUNIC --	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NOB-SUAS --	Norma Operacional Básica do SUAS
NOB-RH/SUAS --	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
PAF --	Plano de Acompanhamento Familiar
PIA --	Plano Individual de Acompanhamento

PMEP --	Plano Municipal de Educação Permanente
PNEP --	Política Nacional de Educação Permanente
PMV --	Prefeitura Municipal de Vitória
PNAS --	Política Nacional de Assistência Social
SEMAS --	Secretaria Municipal de Assistência Social
SETADES --	Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social
SIGAFWeb --	Sistema de Gerenciamento e Atenção à Família
SINASE --	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
TNSS --	Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	DADOS SOBRE O PERFIL DOS TRABALHADORES DA SEMAS	13
3.	CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	17
3.1.	IDENTIFICAÇÃO.....	17
3.2.	REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL	18
3.3.	REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL; TRABALHADORES DO SETOR E USUÁRIOS E/OU ORGANIZAÇÕES DE USUÁRIOS.....	19
4.	TERRITORIALIZAÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL DE VITÓRIA	21
5.	DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	23
6.	OBJETIVOS	25
6.1.	GERAL	25
6.2.	ESPECÍFICOS	25
7.	PÚBLICO ALVO	27
8.	COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS DOS TRABALHADORES DO SUAS	28
8.1.	EIXO I – COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS JUNTO A TODOS OS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	29
8.2.	EIXO II – COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS JUNTO AOS TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR QUE OPERAM OS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	31
8.3.	EIXO III - COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS JUNTO AOS TRABALHADORES, GESTORES E DIRIGENTES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL QUE TRABALHAM NO ÂMBITO DA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	33
9.	METODOLOGIA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE	38
9.1.	PERCURSOS FORMATIVOS.....	38
9.2.	PATAMARES FORMATIVOS	39
9.3.	CONTEÚDOS PROPOSTOS PARA A FORMAÇÃO	40
9.3.1.	<i>Gestão do SUAS</i>	40
9.3.2.	<i>Provimento de benefícios e serviços socioassistenciais</i>	41
9.3.3.	<i>Controle social do SUAS</i>	42
9.4.	JORNADA CIENTÍFICA.....	43
9.5.	SUPERVISÃO TÉCNICA.....	44

10.	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	45
11.	FONTES FINANCIADORAS	49
12.	PARCERIAS	50
13.	REFERÊNCIAS.....	51
14.	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	53
15.	ANEXOS.....	55

1. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação Permanente (PMEP) estabelece diretrizes e conteúdos básicos para a formação dos trabalhadores, gestores e conselheiros do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de Vitória com a finalidade de promover o aprimoramento no processo de gestão da Política Municipal de Assistência Social, na qualificação das ofertas socioassistenciais e no exercício do controle social. Este Plano Municipal resulta do conjunto de discussões e formulações tanto no âmbito nacional como no âmbito municipal.

Como referência nacional para a sua construção foram utilizados, entre outros documentos, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS/2006, a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS/2012 e a Política Nacional de Educação Permanente (PNEP), aprovada pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) de nº 04, de 13 de março de 2013; dentre outras normativas, como Resoluções, Portarias, Decretos, Orientações Técnicas.

No âmbito municipal, nas três últimas Conferências Municipais de Assistência Social houve deliberações a respeito da necessidade de instituir um plano de formação para os trabalhadores do SUAS Vitória. Na IX Conferência Municipal foi deliberado no “Eixo Qualificação do Trabalho no SUAS na Consolidação do Pacto Federativo” a seguinte proposta:

5 – Instituir Grupo de Trabalho na SEMAS com o objetivo de construir coletivamente, bem como implantar e implementar o Plano Municipal de Educação Permanente para trabalhadores do SUAS. Esse espaço será formado paritariamente por trabalhadores e gestores dessa Secretaria, bem como conselheiros do COMASV (COMASV, 2015).

Foi constituído um Grupo de Trabalho com representantes das gerencias

correspondentes aos níveis de complexidade do SUAS Vitória (GAF, GMC, GAC), da Gerência de Gestão da Assistência Social (GGAS), dos trabalhadores do SUAS Vitória e do COMASV. O Grupo de Trabalho realizou estudos preliminares de bibliografia que trata da formação permanente; análises de diagnóstico do processo de trabalho SUAS Vitória com a discussão sobre: seus desafios e oportunidades; levantamento junto as gerências da SEMAS, necessidades de formações tanto para os trabalhadores como para os gestores e reuniões sistemáticas para o aprofundamento das discussões para a elaboração do Plano Municipal de Educação Permanente. Após a sua elaboração este Plano foi submetido ao conhecimento e discussão junto ao grupo gestor e aos trabalhadores da SEMAS. Posteriormente, foi encaminhado ao COMASV para apreciação em reunião ordinária, que foi aprovado por meio da Resolução COMASV Nº 032/2016.

Entende-se a formação como um processo de construção do conhecimento seguido do compartilhamento e da apropriação dos conteúdos e percepções técnicas e políticas que unificam a Política de Assistência Social. A educação permanente

[...] é um processo contínuo de atualização e renovação de conceitos, práticas e atitudes profissionais das equipes de trabalho, a partir do movimento histórico, da afirmação de valores e princípios e do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis (PNEP, 2013. p. 34).

A competência é o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções e atribuições laborais de um trabalhador, gestor ou conselheiro, visando o alcance dos objetivos, princípios e diretrizes do SUAS. As habilidades constituem a dimensão técnica. E os conhecimentos e as atitudes correspondem às dimensões ética e política.

Portanto, a educação permanente deve oferecer oportunidades de formação e capacitação que permitam tanto a apreensão dos conhecimentos necessários ao qualificado desempenho de suas funções laborais, como a construção de conhecimentos novos, que permitam a melhoria contínua da qualidade de trabalho

que realiza e seu desenvolvimento como profissional, pessoa humana e cidadão.

O Plano Municipal de Educação Permanente está organizado contendo o diagnóstico com o perfil dos trabalhadores da Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória (SEMAS); as diretrizes que indicam as principais estratégias a serem adotadas no Plano; os objetivos a serem alcançados como resultados; o público-alvo a quem se destina o processo de educação permanente; as competências essenciais que devem ser desenvolvidas no processo de formação permanente; a metodologia de trabalho; o monitoramento e avaliação; as fontes de financiamento e as parcerias.

2. DADOS SOBRE O PERFIL DOS TRABALHADORES DA SEMAS

O Plano Municipal de Educação Permanente tem como público alvo predominante os trabalhadores do SUAS Vitória. Portanto, para dimensionar o seu planejamento, monitoramento e avaliação é necessário que se conheça o perfil desses trabalhadores. Para isso, tomou-se como base os dados de Recursos Humanos do Censo SUAS 2015 a fim de que se perceba as possibilidades e desafios para a execução deste Plano.

Tabela 1 - Perfil dos Trabalhadores da SEMAS

Tipo de Vínculo	Escolaridade			Total
	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Ens. Superior	
Estatutários	-	21	88	109
Celetistas	03	01	1	05
Somente Comissionados	-	04	14	18
Outros vínculos	43	206	449	698
Total Geral	46	232	552	830

Fonte: Censo SUAS 2015.

A tabela 1 demonstra o perfil dos trabalhadores da SEMAS, especificando o quantitativo e o vínculo trabalhista, por nível de escolaridade.

Cumpramos ressaltar que os trabalhadores vinculados as Organizações Não Governamentais que tem convenio com a municipalidade para desenvolver serviços socioassistenciais complementam a maior parte do quadro funcional da Secretaria, representando 84% dos trabalhadores. Enquanto que 16% dos trabalhadores estão

vinculados diretamente à Prefeitura. Destes, 14% são do quadro efetivo.

Tabela 2 - Perfil dos Trabalhadores de nível superior da SEMAS

Área de Formação	Total
Assistente Social	155
Psicólogo	50
Pedagogo	03
Advogado	03
Sociólogo	02
Terapeuta ocupacional	03
Contador	05
Administrador	01
Total Geral	222

Fonte: Censo SUAS 2015.

A Tabela 2 mostra o quantitativo de profissionais de nível superior na SEMAS, distribuídos por área de formação.

Dentre os trabalhadores de Nível Superior, o maior quantitativo é o de Assistentes Sociais (69%), seguido pelo de psicólogos (23%). Dessa forma, pode-se concluir que o investimento no que se refere a Recursos Humanos tem sido destinado ao atendimento aos munícipes por meio de uma equipe multidisciplinar.

Entende-se assim, que a Política de Assistência Social tem exigido muito mais do que apenas a garantia de força de trabalho, mas, sobretudo a sua qualificação. A formação continuada é um dos instrumentos que embasa a valorização dos servidores que precisa ser trabalhada de forma participativa, a fim de aguçar o sentimento de pertencimento nos trabalhadores. Aliado a isso, são importantes os investimentos em concurso público, oferta de adequadas condições de trabalho (segurança, instrumentais, estrutura física e de equipamento) e de salários apreciados.

Entretanto, é fato que, a partir do formato de gestão adotado pela SEMAS nos diversos níveis de complexidade e serviços, percebe-se necessário o fomento da “área meio”, ou seja, investimentos no desenvolvimento e fortalecimento da gestão, considerando o volume processual e as exigências de monitoramento, avaliação e controle das pactuações realizadas (tanto na gestão direta, quanto na gestão compartilhada). Para tanto, é essencial que ocorram investimentos em quadros não somente das carreiras administrativa e financeira (administradores, contadores, economistas), mas também das carreiras da área de humanas (serviço social, sociologia, psicologia, direito) com foco no suporte técnico especializado para o alcance de resultados (diretrizes – ações – metas – indicadores).

Nessa mesma linha, a Assistência Social enquanto política pública não pode caminhar desprendida da vigilância socioassistencial. Desta feita, a SEMAS já avançou de forma relevante com a implementação da Coordenação de Vigilância Socioassistencial, que tem, dentre os seus pressupostos definidos pela NOB-SUAS, o fundamental papel de construir diagnósticos e indicadores, trabalhando dados e sistemas com vistas a promover a integração dos serviços e a condução na construção das ações, metas, indicadores e resultados, essenciais a condução do trabalho desenvolvido pela Secretaria.

A Secretaria Municipal de Assistência Social vem trabalhando na perspectiva de atender ao que está proposto na Resolução Nº. 18/2013 da Comissão Intergestores

Tripartite, que dispõe acerca das prioridades e metas específicas para a gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social.

3. CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Regulamentada pela Lei Municipal Nº 6.811, ao COMASV cabe diversas competências. Dentre elas destacamos as que justificam sua responsabilidade e atuação na execução deste Plano Municipal de Educação permanente, quais sejam:

- a) Definição de prioridades e atuação na formulação de estratégias e no controle da execução da Política Municipal de Assistência Social;
- b) Estabelecimento de diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;
- c) Apreciação, avaliação e aprovação da Política e do Plano Municipal de Assistência Social;
- d) Apreciação e aprovação da proposta orçamentária da Assistência Social;
- e) Acompanhamento e fiscalização da gestão dos recursos, destinados à assistência social;
- f) Análise e aprovação das contas e relatórios do gestor da Assistência Social.

Nesse sentido, consideramos importante identificar o COMASV neste Plano, devido a sua competência de apreciar, aprovar e acompanhar e avaliar sua execução.

3.1. IDENTIFICAÇÃO

Quadro 01 – Identificação da presidência do COMASV

Presidente:	Joel Rodrigues Pacheco
Nº de Conselheiros:	16 membros com os respectivos suplentes
Endereço:	Av. Desembargador Santos Neves, nº 1.489, Bairro Praia do Canto, Vitória – ES.
Telefone:	(27) 3382-6178
E-mail:	comasv@correio1.vitoria.es.gov.br
Secretária Executiva:	Érica Cordeiro dos Santos Tassara
Escolaridade	Superior/Pós-Graduada

Fonte: COMASV/2016

3.2. REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL

Quadro 02 – Identificação da representação governamental do COMASV

Nº	Instituição	Representante Titular	Representante Suplente
1	Secretaria Municipal de Assistência Social	Délio José Prates do Amaral	Anabel de Araújo Gomes Pereira
2	Secretaria Municipal de Assistência Social	Talita Laurindo Tinini	Rafael Meneguelli Bonone
3	de Secretaria Municipal Cidadania e Direitos Humanos	Juliana Alves Moura	Dário Sérgio Rosa Coelho
4	Secretaria Municipal de Saúde	Irecy da Silva Muniz	Flávia Bruna Assunção dos Santos
5	Secretaria Municipal de Habitação	Leida Moreira Machado	Márcia Regina Batista dos Santos Morandi
6	Secretaria Municipal da Fazenda	Márcio Correia Guedes	Alecsandro Moreira dos Santos
7	Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda	Ednelson José Pereira dos Santos	Ramon Bandeira Barbosa
8	Secretaria Municipal de	Myriam Fernandes Pestana	Sueli Marluce Vaillant de Assis

	Educação	Oliveira	
--	----------	----------	--

Fonte: COMASV/2016

3.3. REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL; TRABALHADORES DO SETOR E USUÁRIOS E/OU ORGANIZAÇÕES DE USUÁRIOS

Quadro 03 – Identificação da representação da sociedade civil do COMASV

Representantes das Entidades e Organizações Sociais			
Nº	Situação	Instituição	Representante
1	Titular	Obra Social Nossa Senhora das Graças	Joel Rodrigues Pacheco
	Suplente	Cáritas Brasileira Regional Espírito Santo	Normeliana Santos Santana
2	Titular	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vitória – Apae Vitória	Isabel Cristina Conceição Miranda
	Suplente	Instituição Adventista de Educação e Assistência Social- Adra/ES	Sandra Shirley de Almeida
3	Titular	Centro de Integração Empresa/Escola – Ciee/ES	Roberta Soares Faé
	Suplente	Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade –APABB	Sayonara Ribeiro da Silva
4	Titular	Instituto Gênesis	Gislaine Godio
	Suplente	Associação Presbiteriana de Ação Social – Instituto Sarça	Geraldo Clarindo Ribeiro

Representantes dos Trabalhadores do Setor			
Nº		Instituição	Representante
5	Titular	Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo –CRC/ ES	Paula Nazareth Koehler
	Suplente	Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Estado do ES- Senalba/ES	Cintia Rita Scardua
Representantes dos Usuários e/ou Organizações Sociais			
Nº	Representante		
6	José Fernando Vieira da Mota		
	Kléber Mendes		
7	Juvacy dos Santos Monteiro		
	Elaine de Oliveira Moreira		
8	Ivonete dos Santos França		
	Edson Pimenta de Souza Júnior		

Fonte: COMASV/2016

4. TERRITORIALIZAÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL DE VITÓRIA

Os territórios da Assistência Social são compreendidos como espaços de pertencimento, de vida, de relações, de trocas, de vínculos, de contradições, de conflitos, de solidariedade e, também, espaços de discussão de problemas e situações coletivas, de identificação de oportunidades e encaminhamentos comuns, de participação e de possibilidades de empoderamento social. O foco da proteção deve obedecer à lógica de proximidade da população atendida e localizar-se naqueles territórios de maior vulnerabilidade e risco para famílias e indivíduos, antecipando respostas às suas necessidades, ampliando a cobertura de serviços e propiciando uma proteção proativa das ações.

A territorialização da Assistência Social constitui como uma das diretrizes estruturantes da gestão do SUAS e, no caso de Vitória, foram definidos 12 territórios socioassistenciais, podendo chegar a 15, aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social – COMASV e tendo como principal referência articuladora de cada território o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. Pois é o espaço que possibilita, em geral, o primeiro acesso das famílias aos direitos socioassistenciais e, portanto, à proteção social.

Os 12 territórios socioassistenciais estão assim denominados: Centro, Consolação, Continental, Inhanguetá, Itararé, Jucutuquara, Maruípe, Praia do Canto, Santa Martha, Santo Antônio, São Pedro I e São Pedro II.

Quadro 04 - Territórios Socioassistenciais

TERRITÓRIO SOCIOASSITENCIAL	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
Centro	Cabral=Do Cabral, Capixaba e Comunidade de Cidade Alta=Centro, Fonte Grande, Ilha do Príncipe, Moscoso=Do Moscoso, Parque Moscoso, Piedade, Quadro=Do Quadro, Santa Clara, Vila Rubim.
Consolação	Consolação, Comunidade do Jaburu=Gurigica, Horto, Lourdes=De

	Lourdes, Nazaré=Nazareth.
Continental	Aeroporto, Antônio Honório, Boa Vista, Goiabeiras, Jardim da Penha, Jardim Camburi, Jabour, Maria Ortiz, Mata da Praia, Morada de Camburi, Parque Industrial, Pontal de Camburi, República, Segurança do Lar, Sólon Borges
Inhanguetá	Bela Vista, Estrelinha, Grande Vitória, Universitário, Inhanguetá
Itararé	Itararé, São Benedito, Penha=Da Penha.
Jucutuquara	Comunidade Fradinhos=Fradinhos, Cruzamento, Forte São João, Jucutuquara, Romão.
Maruípe	Comunidade Eucalipto=Maruípe, Engenharia=Itararé, Maruípe, Santa Cecília, Santos Dumont, São Cristóvão, Tabuazeiro e Bonfim.
Praia do Canto	Barro Vermelho, Bento Ferreira, Enseada do Suá, Ilha de Santa Maria, Ilha do Frade, Ilha do Boi, Ilha de Monte Belo, Jesus de Nazareth, Praia do Canto, Praia do Suá, Santa Helena, Sta Lúcia, Sta Luíza.
Santa Martha	Andorinhas, Joana D' Arc, Mangue Seco =Santa Martha, Santa Martha.
Santo Antônio	Comunidade do Alagoano=Ariovaldo Favalessa, Caratoíra, Mário Cipreste=Mario Cypreste, Santa Tereza, Santo Antônio.
São Pedro Território I	Comdusa, Ilha das Caieiras, São Pedro IV= Redenção, São Pedro III = Santo André, São Pedro II= Santos Reis, São José, São Pedro I=São Pedro.
São Pedro Território II	Conquista, São Pedro V=Nova Palestina, Resistência.

Fonte: Relatório de Gestão 2012 - SEMAS

O Plano Municipal de Educação Permanente constitui, portanto, uma resposta às demandas dos territórios por qualificação do provimento dos serviços socioassistenciais, da gestão e do controle social do SUAS, além de atender aos anseios do conjunto de trabalhadores, no que diz respeito à maneira de realizar formação de pessoas para e pelo trabalho, visando a melhoria da oferta dos serviços no município.

5. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

São diretrizes estratégicas do Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS Vitória:

- a) Reconhecer a educação permanente como elemento fundante na promoção da qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, um instrumento de pertencimento e de valorização dos trabalhadores, gestores e demais atores da política de assistência social, bem como uma ferramenta de gestão do SUAS.
- b) Promover o processo de formação e capacitação que tenha caráter permanente, sistemático, participativo e interdisciplinar tendo a finalidade de produzir e difundir conhecimentos direcionados ao desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais, para o efetivo exercício do controle social e empoderamento dos usuários.
- c) Promover a oferta sistemática e continuada de ações de formação e capacitação em diferentes tipos de modalidades, com investimento em múltiplas formas de capacitação, com instrumentos criativos e inovadores, metodologias que favoreçam a troca de experiências e tecnologias diversificadas, adequando-as aos diferentes atores sociais e garantindo a acessibilidade às pessoas com deficiência e aos trabalhadores e conselheiros explorarem diferentes percursos formativos.
- d) Incentivar a produção de conhecimento e a publicação de pesquisas acerca da política pública de assistência social e das experiências de capacitação existentes como produção técnico-científica em pesquisas, artigos e publicações, promovendo visibilidade e fortalecendo a produção de conhecimento sobre o SUAS
- e) Instituir mecanismos que permitam a participação dos trabalhadores e dos usuários do SUAS, dos conselheiros da Assistência Social e das instituições de

ensino nos processos de formulação de diagnósticos de necessidades, planejamento e implementação das ações de formação e capacitação.

f) Permitir o aprimoramento permanente por meio do monitoramento e avaliação das ações implementadas.

g) Criar mecanismos que permitam o aprendizado contínuo e permanente aos trabalhadores do SUAS nos diferentes contextos e por meio da experiência no trabalho tendo interface entre as gerências, conselhos e secretarias afins (saúde, educação, cultura, etc.) para que esses trabalhadores tenham acesso às capacitações.

h) Criar mecanismos institucionais que permitam articular o universo do ensino, da pesquisa e da extensão ao universo da gestão e do provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais, de forma a contribuir para o desenvolvimento das competências necessárias à contínua melhoria da qualidade do SUAS.

i) Divulgar as capacitações no sitio eletrônico da Prefeitura e no sistema de informação desenvolvido e utilizado pelos trabalhadores da SEMAS, SIGAFWeb – Sistema de Gerenciamento da Atenção à Família.

6. OBJETIVOS

6.1. GERAL

Promover a formação e capacitação continuada, conforme a NOB/SUAS, NOB-RH/SUAS e PNEP/SUAS, visando a qualificação da intervenção profissional na execução das ofertas socioassistenciais, da gestão da política de assistência social e do exercício do controle social.

6.2. ESPECÍFICOS

São objetivos específicos do Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS do município de Vitória/ES:

- a) Contribuir, conforme o que apregoa a gestão do trabalho na política de assistência social, para a promoção e qualificação das ofertas socioassistenciais (benefícios, serviços, programas e projetos) e da gestão do SUAS em seu desenvolvimento, com capacidades constituídas de conhecimentos, habilidades e atitudes para a promoção e garantia do direito a assistência social.
- b) Contribuir para o desenvolvimento contínuo das capacidades técnicas e políticas dos trabalhadores do SUAS na sua qualificação, valorização dos gestores e dos representantes que exercem o controle social, a fim de assegurar o direito do usuário à assistência social.
- c) Desenvolver a ação de capacitação no formato de patamares formativos, sendo eles: Introdução, Atualização e Aperfeiçoamento.

d) Promover a formação permanente do SUAS Vitória em percursos formativos de Gestão do SUAS; Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais; e Controle Social do SUAS.

7. PÚBLICO ALVO

Trabalhadores do SUAS com Ensino Fundamental, Médio e Superior que atuam na rede socioassistencial governamental e não governamental; gestores da Assistência Social; e agentes de controle social no exercício de suas atribuições.

8. COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS DOS TRABALHADORES DO SUAS

A formação dos trabalhadores da assistência social, sendo uma diretriz estratégica para a consolidação dos avanços do SUAS, deve se ater à contribuição para o desenvolvimento contínuo das capacidades técnicas e políticas a fim de assegurar a qualificação das ofertas socioassistenciais (benefícios, serviços, programas e projetos), da gestão da política de assistência social, bem como do exercício do controle social.

Para isso, nos baseamos em diversos documentos do MDS que versam sobre a Gestão do Trabalho no Âmbito do SUAS (MDS, 2011) e da formação permanente, especificamente, os que tratam do desenvolvimento/aprimoramento das capacidades essenciais dos trabalhadores do SUAS. Também nos serviu de base de estudo os documentos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (CFESS, 2011) e Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos (as) na Política de Assistência Social (CFESS e CFP, 2007).

Com base na apreciação dessas produções e orientações da municipalidade, em especial aquelas deliberadas em conferências municipais de assistência social, é que analisamos e sistematizamos as competências essenciais dos trabalhadores do SUAS contidas em Diretrizes Gerais da publicação do MDS, organizada por Egli Muniz, intitulada *Orientações para Processos de Recrutamento e Seleção de Pessoal no Sistema Único de Assistência Social (2011)*.

MUNIZ (2011, p. 34) define competência como

O ato de assumir responsabilidades frente a situações de trabalho complexas, o que exige um conjunto de conhecimentos e habilidades profissionais, porém, mais do que isto, postura ética, pois impõe aos trabalhadores da assistência social que superem a atuação como simples executores de programas para viabilizadores de direitos.

Ainda de acordo com os estudos e análises dos documentos, propomos que, além dos patamares formativos progressivos (introdutório, atualização e aperfeiçoamento), seja considerado também o desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) como um dos principais objetivos do Plano Municipal de Formação Permanente e para a definição da grade de conteúdo. Estão dispostos em três eixos, conforme demonstraremos a seguir:

Eixo I – competências a serem desenvolvidas junto a todos os trabalhadores da assistência social;

Eixo II – competências a serem desenvolvidas junto aos técnicos de nível superior que operam as ofertas socioassistenciais;

Eixo III – competências a serem desenvolvidas junto aos trabalhadores, gestores e dirigentes da assistência social que trabalham na gestão da política de assistência social.

8.1. EIXO I – COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS JUNTO A TODOS OS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Trata dos fundamentos da assistência social. Envolve todos os trabalhadores, sejam gestores ou operadores de benefícios e serviços socioassistenciais, de nível superior, de nível médio e nível fundamental.

A proposta deste eixo é trabalhar com os conhecimentos que os trabalhadores do SUAS devem adquirir e/ou aprimorar, independente do seu nível de escolaridade e de acordo com os cargos e atribuições que ocupam e desenvolvem.

A formação neste eixo deve favorecer o desenvolvimento das seguintes competências:

- a) Conhecimento da trajetória histórica da assistência social.
- b) Compreensão do contexto sócio-histórico em que se situa a intervenção do trabalhador do SUAS.
- c) Distinção das características assistencialistas do modelo socioassistencial, inaugurado pela CF/88.
- d) Conhecimento sobre o processo de constituição das políticas sociais, particularmente da Seguridade Social e de sua concepção, bem como o papel do Estado e da Sociedade Civil no Brasil.
- e) Clareza sobre a centralidade da responsabilidade do Estado no comando das ações da assistência social.
- f) Conhecimento do conjunto de leis e normativas sobre a política de assistência social.
- g) Conhecimento dos direitos específicos, expressos nos respectivos aportes legais, relativos a crianças e adolescentes, aos jovens, às mulheres, aos idosos, às pessoas com deficiência, aos direitos humanos, etc.
- h) Conhecimento dos princípios da administração pública e como se aplicam no processo de trabalho (princípios como da legalidade, moralidade, igualdade,

eficiência e impessoalidade).

i) Conhecimento das legislações da administração pública que regem o *modus operandi* do serviço público.

j) Conhecimento dos procedimentos administrativos da Prefeitura Municipal de Vitória, relacionados aos recursos humanos, suprimentos, controles administrativos e serviços.

8.2. EIXO II – COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS JUNTO AOS TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR QUE OPERAM OS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Versa sobre as metodologias de trabalho e contempla os técnicos de nível superior que atuam com os serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais.

Ao trabalhar com este eixo é necessário considerar os princípios da matricialidade sociofamiliar e da territorialização como centrais para a atuação dos técnicos de nível superior que operacionalizam as ofertas socioassistenciais. Isto porque há para esse conjunto de profissionais responsabilidades éticas e técnicas que exigem conhecimentos, habilidades e atitudes sobre os fundamentos e as metodologias de trabalho social com as famílias e sobre o dinamismo da organização socioterritorial nas suas diferentes dimensões.

A formação neste eixo deve favorecer o aprimoramento das seguintes competências:

- a) Conhecimento das concepções que fundamentam o trabalho com territórios e com a matricialidade sociofamiliar, bem como das metodologias de trabalho social com famílias.

- b) Conhecimentos e habilidades que permitam identificar e respeitar as diversidades de raça/etnia, religião, gênero, orientação sexual, ciclos de vida, costumes e tradições, etc.

- c) Domínio dos instrumentos necessários ao trabalho social realizado no âmbito dos serviços estabelecidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (MDS, 2009).

- d) Domínio das técnicas de construção participativa de planos de atendimento ou acompanhamento da família e indivíduos, de ações coletivas/comunitárias, socioeducativas, preventivas, etc.

- e) Análise crítica do cotidiano de vida do usuário/família e suas representações sobre vulnerabilidades e riscos vivenciados em seu contexto sociocultural e econômico.

- f) Desenvolvimento de habilidades relacionadas ao planejamento de processos de trabalho social junto a indivíduos e famílias, tais como:
 - i. Elaborar planos de acompanhamento individual e familiar que contribuam para a ressignificação ou elaboração de novos projetos de vida, problematizando com o usuário as situações apresentadas e possibilitando a construção do pensamento crítico;

 - ii. Criar estratégias para possibilitar a superação da cultura da

subalternidade, culpabilização e/ou tutela, buscando trabalhar com indivíduos e/ou famílias de modo a contribuir para o desenvolvimento de sua autonomia e para o exercício da cidadania.

g) Habilidade de construção de estratégias de participação de indivíduos e famílias nos próprios serviços, tanto no diagnóstico como no planejamento e avaliação, de forma a possibilitar o exercício da autonomia.

8.3. EIXO III - COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS JUNTO AOS TRABALHADORES, GESTORES E DIRIGENTES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL QUE TRABALHAM NO ÂMBITO DA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aborda sobre as metodologias de gestão do SUAS e envolve os técnicos de nível superior e os dirigentes que atuam no âmbito da gestão da política de assistência social.

Deve-se desenvolver as seguintes competências:

- a) Elaboração de amplos e consistentes diagnósticos, no âmbito municipal e de seus microterritórios, o que implica em conhecimentos sobre:
 - i. a dinâmica da formação sócio histórica brasileira e do município;
 - ii. as principais sequelas das desigualdades sociais que atingem sua população, como a pobreza, a miséria, as múltiplas formas de violência, a

fragilidade de vínculos familiares e sociais, entre outras;

- iii. a compreensão crítica sobre os processos sociais de sua produção e reprodução na sociedade brasileira, produzindo as vulnerabilidades e riscos sociais que se conformam às transformações sociais, políticas e econômicas;
 - iv. a produção e sistematização de informações quantitativas e qualitativas e construção de indicadores e índices territorializados das situações de risco e vulnerabilidade social que incidem sobre famílias e indivíduos nos diferentes ciclos de vida, bem como da localização e padrões de qualidade e cobertura dos serviços socioassistenciais, e a oferta de serviços de outras políticas públicas sociais.
- b) Habilidades em analisar o contexto, reconhecer as características peculiares do território e das famílias; suas diferentes formas de organização, suas identidades, culturas, interesses, necessidades e potencialidades distintas; bem como as demandas específicas apontadas pelas diferentes composições que apresentam; permitindo leitura consistente e crítica do território, numa perspectiva de totalidade.
- c) Compreensão da estrutura, funcionamento, dinâmicas e responsabilidades desempenhadas pelas diferentes organizações que compõem a rede socioassistencial e intersetorial.
- d) Conhecimento sobre a presença das formas de vulnerabilidades e riscos sociais da população e do território, induzindo o planejamento de ações preventivas e contribuindo para o aprimoramento das ações que visem a restauração de direitos violados e a interrupção de situações de violência.
- e) Capacidade de identificar territórios vulneráveis no âmbito da cidade, assim

como a identificar as famílias em maior vulnerabilidade, a fim de que seja realizado o monitoramento dos riscos e das violações de direitos e se desenvolva ações de prevenção.

f) Capacidade de registrar e armazenar de forma adequada dados relativos ao tipo e volume de atendimentos, contribuindo para o mapeamento de situações de risco e vulnerabilidade e de eventos de violações de direitos nos territórios.

g) Produção de informações de vigilância socioassistencial com o objetivo de fornecer subsídios para os trabalhadores no sentido de qualificar o trabalho e o processo de trabalho.

h) Utilização das informações estruturadas/georreferenciadas pela vigilância socioassistencial de modo que os trabalhadores possam:

- i. avaliar sua própria atuação;
- ii. ampliar seu conhecimento sobre as características da população e do território de forma a melhor atender às necessidades e demandas existentes;
- iii. planejar e executar ações de busca ativa que assegurem a oferta de serviços e benefícios às famílias e indivíduos mais vulneráveis, superando a atuação pautada, exclusivamente, pela demanda espontânea.

i) Domínio dos conceitos de vulnerabilidade, risco e território.

j) Domínio das metodologias de planejamento social e de planejamento de controle orçamentário e financeiro.

k) Habilidades de construir estratégias de participação de indivíduos e famílias nos serviços, tanto nos processos de diagnósticos como no planejamento e avaliação, levando em consideração a realidade local, as particularidades políticas, econômicas, sociais e culturais do território ou município.

l) Habilidades relacionadas ao planejamento de processos de trabalho social junto a indivíduos e famílias.

m) Conhecimentos e habilidades pertinentes ao monitoramento da operacionalização dos benefícios e serviços socioassistenciais e sua avaliação sistemática, como processo instituído, o qual impulsiona qualificação constante dos benefícios e serviços.

n) Conhecimentos sobre os principais instrumentos que possibilitam monitoramento e avaliação instituídos pelo MDS, Estado e Município, como: o Censo SUAS, os múltiplos aplicativos da Rede SUAS, a MUNIC, entre outros, o SIGAFWeb; bem como para elaboração de indicadores de monitoramento e resultados dos serviços em âmbito local.

o) Conhecimentos e habilidades específicas daqueles que farão o gerenciamento ou operacionalização dos benefícios e serviços socioassistenciais de forma a garantir a complementaridade entre os mesmos, superando a fragmentação e a verticalidade com que sempre foram operados, estabelecendo fluxos de articulação, conforme orienta o próprio Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no Âmbito do Sistema único de Assistência Social – SUAS (2009).

p) Conhecimentos e habilidades para atuar com a intersetorialidade, fazendo a articulação com as outras políticas sociais e econômicas, particularmente a saúde,

previdência social, educação, habitação, trabalho e renda.

q) Capacidade de estabelecer parcerias e articular a rede socioassistencial, redes intersetoriais, comunitárias e de vizinhança, para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social na perspectiva de:

- i. defesa e garantia de direitos;
- ii. ampliação da rede de proteção social;
- iii. construção de contextos inclusivos;
- iv. construção de processos de negociação e de superação de conflitos.
- v. Conhecimento sobre as concepções de multi e interdisciplinaridade.
- vi. Conhecimento sobre as pactuações das comissões bipartite e tripartite de assistência social bem como dos protocolos definidos nestas instâncias.

9. METODOLOGIA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

A SEMAS adotará, prioritariamente, a modalidade de formação presencial, por acreditar que a interação entre os trabalhadores que estarão em formação e os facilitadores constitui-se num fator preponderante para o processo de aprendizagem, de construção do conhecimento e qualificação do processo de trabalho.

As ações de formação e capacitação estão organizadas com base nos Percursos e Patamares Formativos.

9.1. PERCURSOS FORMATIVOS

Os Percursos Formativos referem-se à noção de uma *“trilha de aprendizagem”* (PNEP, 2013. p. 42) e estão relacionados às três funções a partir das quais o trabalho no SUAS está destinado e mobilizado a função de gestão, a função de provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais e a função de controle social.

A ideia de percursos formativos está implicada de uma concepção de capacitação e formação permanente que considere o caminho construído pelo trabalhador para o seu desenvolvimento profissional, motivado tanto pelas suas *“próprias conveniências, necessidades e aspirações”*, como pelas

[...] necessidades da organização na qual trabalha, da avaliação do seu desempenho na realização da sua função e das atividades que lhe são incumbidas, das competências que já possui e das que necessita desenvolver (PNEP, 2013. p. 42).

Assim, este Plano Municipal de Educação Permanente organiza sua metodologia e conteúdo de modo que o seu público alvo possa participar das formações sobre as ofertas de benefícios e serviços socioassistenciais, gestão do SUAS e controle social.

9.2. PATAMARES FORMATIVOS

Os Patamares Formativos consistem no modo de organização das ações de formação e capacitação determinadas pelo nível de aprofundamento e complexidade dos conteúdos a serem desenvolvidos. Estão organizados em: Capacitação Introdutória (nivelamento); Atualização e Aperfeiçoamento.

a) Capacitação introdutória/nivelamento – Com duração entre 20 e 40 horas visa o nivelamento de conteúdos essenciais a todo público-alvo com o objetivo tanto de introduzir a temática aos iniciantes na operacionalização da Política de Assistência Social, quanto aos trabalhadores, conselheiros e operadores da rede socioassistencial, que terão acesso aos conteúdos inerentes a LOAS/Política Nacional de Assistência Social e SUAS, com sua base histórica, política e respectivas normativas.

b) Atualização – Este patamar requer duração entre 40 e 100 horas e visa o aprimoramento ou apresentação de novos saberes técnico-científicos. Consiste em cursos destinados aos trabalhadores de nível médio e superior com conteúdos definidos a partir das demandas e necessidades da gestão, dos serviços e benefícios socioassistenciais e ao controle social.

c) Aperfeiçoamento – Com duração mínima de 180 horas, este patamar visa o aprimoramento e o aprofundamento de conhecimentos e habilidades técnicas e domínios específicos do saber. Com o propósito de assegurar a educação

continuada que privilegia a qualificação técnico política e normativa do SUAS, os cursos de aperfeiçoamento devem oportunizar o aprimoramento profissional, aprofundando o debate das diretrizes que circundam a gestão do trabalho, os princípios éticos para os trabalhadores da Assistência Social e os processos de trabalho.

9.3. CONTEÚDOS PROPOSTOS PARA A FORMAÇÃO

Considerando que o processo de formação e capacitação permanente terá como base de sua organização os Percursos e Patamares Formativos passamos a apresentar os conteúdos básicos a serem desenvolvidos no PMEP, sendo que devem estar acessíveis a todo público-alvo destinatário deste Plano.

9.3.1. **Gestão do SUAS**

Segundo a PNEP, a função de gestão do SUAS exige a mobilização do trabalhador que, mediante a recursos teóricos, metodológicos e tecnológicos, deve produzir mecanismos para o aprimoramento dos fluxos de informação e dos processos de tomada de decisão, de modo a facilitar o acesso dos usuários aos serviços e benefícios socioassistenciais e fortalecer os espaços de deliberação e gestão participativa.

a) Capacitação introdutória/nivelamento -- Contexto sócio-histórico da Assistência Social no Brasil. Noção de Estado. Estado Democrático de Direito. Participação Social e Movimentos Sociais. Processo de Construção das Políticas Públicas. Legislação Social e da Administração Pública. Princípios da Administração Pública. Política Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social

(SUAS). Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS). Direitos Socioassistenciais dos Usuários. Plano Decenal de Assistência Social. Educação para a Cidadania. Instancias de Pactuação do SUAS. Gestão Participativa. Ética no Trabalho.

b) Atualização -- Planejamento Estratégico e Participativo. Financiamento do SUAS. Gestão Orçamentária e Financeira. Gestão Administrativa. Diagnóstico. Rotinas Administrativas.

c) Aperfeiçoamento -- Monitoramento e Avaliação na Gestão Pública. Monitoramento a Avaliação do SUAS. Construção de Indicadores de Monitoramento e Avaliação. Avaliação de Impacto e de Desempenho. Contabilidade Pública. Contabilidade Pública Aplicada às Entidades de Assistência Social.

9.3.2. Provimento de benefícios e serviços socioassistenciais

A função de provimento de Serviços e benefícios requer conhecimentos teóricos, metodológicos e tecnológicos vinculados com os contextos históricos, econômicos, políticos e socioculturais, demandando, portanto dos trabalhadores análise, reflexão e adequação de práticas profissionais e processos de trabalho.

a) Capacitação introdutória/nivelamento -- Pobreza Multidimensional e sua Complexidade. Provimento de Benefícios e Serviços Socioassistenciais de acordo com a TNSS. Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Plano Decenal de Assistência Social. Conceitos Teóricos de Família, Matriz Sociofamiliar, Vulnerabilidade Social, Risco Pessoal e Social, Território Socioassistencial. Métodos e Instrumentos da Proteção Social Básica e Especial.

b) Atualização -- Metodologias de Trabalho com a Família. Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) e Plano Individual de Acompanhamento (PIA). Projeto Político Pedagógico no âmbito do SUAS. Laudos e Pareceres Técnicos. O SUAS e a Políticas de Direitos Humanos. SUAS e as Políticas de Direitos Humanos: Criança e Adolescente, Idoso e Pessoa com Deficiência, Diversidade cultural, de gênero, sexual, étnica, raça e religiosa, Pessoa em Situação de Rua, Direito à Segurança Alimentar e Nutricional.

c) Aperfeiçoamento -- Concepções e Abordagens Sociotécnicas sobre as Violências. SUAS e a Política de Saúde: uso e abuso de drogas, saúde mental e doenças infectocontagiosas. SUAS e o Estatuto da Criança e do Adolescente. SUAS e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). SUAS, a Política de Inclusão Brasileira e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. SUAS e o Estatuto do Idoso. Técnicas e Instrumentos Participativos de Intervenção Necessários ao Desenvolvimento do Trabalho Social no SUAS.

9.3.3. Controle social do SUAS

O controle social no SUAS é uma função que está fundamentada no princípio da participação popular. Para sua efetivação foram instituídos os conselhos de políticas públicas, dentre os quais se encontram os conselhos de Assistência Social, de Direitos da Criança e do Adolescente, do Idoso, da Pessoa com Deficiência e de Segurança Alimentar e Nutricional. Aos conselhos são atribuídas as funções de elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos de ação, bem como a responsabilidade pelo controle, fiscalização e acompanhamento da gestão dos fundos a estes relacionados nas respectivas esferas político-administrativas.

a) Capacitação introdutória/nivelamento -- Contexto sócio-histórico da Assistência Social no Brasil. Noção de Estado. Estado Democrático de Direito.

Participação Social e Movimentos Sociais. Processo de Construção das Políticas Públicas. Legislação Social e da Administração Pública. Princípios da Administração Pública. Política Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS). Direitos Socioassistenciais dos Usuários. Plano Decenal de Assistência Social. Educação para a Cidadania. Instâncias de Pactuação do SUAS. Gestão Participativa. Ética no Trabalho.

b) **Atualização** -- Relação Estado e Sociedade. Mecanismos e Instâncias de Controle Social. O Processo de Democratização do Estado Brasileiro. Mobilização e Participação Popular. A Sociedade Civil e as Estratégias de Participação e Construção de Legitimidade Democrática. Papel dos Conselheiros de Direitos. Estrutura e Funcionamento dos Conselhos de Direitos.

c) **Aperfeiçoamento** -- A Política de Assistência Social e sua Interface com o Conselho de Assistência Social. A Política de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Política de Direitos da Pessoa com Deficiência. Política dos Direitos do Idoso. Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

9.4. JORNADA CIENTÍFICA

A Jornada Científica de Assistência Social é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Coordenação da Gestão do Trabalho – CGT, cujo objetivo é realizar a integração multidisciplinar de conhecimentos referentes às questões e processos de trabalho da Assistência Social, produzido por trabalhadores do SUAS e por pesquisadores. O evento visa proporcionar o debate, sistematizar a prática e criar espaços de construção de diálogos e do conhecimento entre os trabalhadores da SEMAS e aproximar demais que se interessam e estudam o tema.

9.5. SUPERVISÃO TÉCNICA

O Conselho Nacional de Assistência Social estabeleceu, por meio da Resolução CNAS Nº 6, DE 13 de abril de 2016, os parâmetros da Supervisão Técnica no SUAS, entendida como uma ação complementar de capacitação profissional, sendo

[...] um tempo na organização do trabalho que deve mobilizar gestores e trabalhadores para reflexão e estudo coletivo acerca de questões relacionadas aos seus processos cotidianos de trabalho, às suas práticas profissionais, às articulações com o território, na perspectiva institucional e intersetorial. (RESOLUÇÃO CNAS Nº 6/2016).

Portanto, este PMEP inclui em sua metodologia a Supervisão Técnica como uma ação complementar ao processo de formação profissional e será realizada pela Gerência de Gestão da Assistência Social – GGAS, em conformidade com os preceitos estabelecidos pelo CNAS.

10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento das ações de formação e capacitação realizadas como parte do processo de implementação da Política Municipal de Educação Permanente tem por finalidade acompanhar a realização dos objetivos previstos, visando às adequações necessárias ao seu cumprimento e/ou aprimoramento. O processo consiste no acompanhamento contínuo e sistemático do desenvolvimento das ações em relação ao cumprimento de objetivos e metas a serem alcançadas no decorrer da implementação e execução do Plano.

O monitoramento é uma atividade gerencial interna, realizada sistematicamente durante o período de execução, que visa saber como a intervenção evolui ao longo do tempo. Por meio do monitoramento, portanto consegue-se examinar como a implementação está sendo realizada. De posse dessas informações, o monitoramento auxilia na recomendação dos ajustes necessários ao plano e às condições operacionais e da correção dos rumos a serem adotados ao longo do processo.

O monitoramento e a avaliação serão realizados trimestralmente pelo Núcleo Municipal de Educação Permanente do SUAS composto por representantes da Gestão, Trabalhadores e Controle Social, cujo objetivo é coordenar em âmbito municipal as ações de acompanhamento e efetivação do Plano Municipal de Educação Permanente, visando a elaboração de diagnóstico de competências e necessidade de qualificação, através de informações advindas da base tecnológica utilizada pelo município. No decorrer da implementação e execução do plano, serão avaliados os impactos sociais e os resultados práticos de curto, médio e longo prazo, verificando o cumprimento dos objetivos estabelecidos no período de tempo previsto.

A avaliação tem o objetivo de produzir evidências, compilar dados e sistematizar informação e conhecimento que contribuam para o aperfeiçoamento do processo de

educação permanente, além da consecução de seus objetivos. Desta forma, concluímos que tanto o monitoramento quanto a avaliação, ambos são instrumentos imprescindíveis para a gestão do SUAS, visto que os mesmos representam um novo patamar de tratamento de dados e informações, em especial nas questões relativas à gestão do trabalho.

Na lógica do SUAS o monitoramento e a avaliação devem atentar-se para as normativas, tendo os seguintes pontos a serem avaliados: Estrutura e Insumos, Processos ou Atividades e Produtos e Resultados.

Nesse sentido, foram estabelecidos indicadores que deverão ser mensurados e utilizados no decorrer da aplicação do Plano. Esses indicadores serão pactuados entre trabalhadores e gestores na afirmação do Plano Municipal de Educação Permanente.

Dentre as ações que apontarão as reflexões nas questões relacionadas à Estrutura e Insumos estão:

a) Aplicação de questionário de avaliação da formação ao final de cada curso contendo pontuação para estrutura ofertada;

Dentre as ações e os indicadores que apontarão as reflexões nas questões relacionadas a Processos ou Atividades estão:

a) Aplicação de questionário de avaliação da formação ao final de cada curso, contendo pontuação para questões como cumprimento do conteúdo programático, pontualidade, carga horária e seu cumprimento, dentre outros;

b) Aplicação de marco zero para conhecer e nivelar o conhecimento entre os

alunos;

c) Número de formações realizadas pelos serviços socioassistenciais da SEMAS, mensurados por meio do Formulário de Informações para Autorização de Formações aplicado pela CGT;

d) Número de eventos tais como Seminários, Jornadas, Encontros, Conferências, dentre outros, realizados pelos serviços socioassistenciais da SEMAS, por meio do Formulário para Autorização de Eventos da SEMAS;

Dentre as ações e os indicadores que irão apontar as reflexões nas questões relacionadas a Produtos e Resultados estão:

a) Aplicação de questionário de avaliação da formação ao final de cada curso contendo pontuação para aplicabilidade das informações, alcance dos objetivos propostos, dentre outros;

b) Produção de relatórios contendo dados dos trabalhadores e dos demais públicos participantes das formações, visando realizar perfis dos trabalhadores do SUAS que participam das atividades de Educação Permanente.

Esses indicadores serão coletados a partir do sistema de monitoramento da SEMAS, SIGAFWeb;

Dados qualitativos também serão utilizados para a constante avaliação das atividades. Esses dados serão produzidos em momentos como:

a) Durante as formações e atividades de Educação Permanente, por meio da presença de técnicos que compõem a CGT na realização das atividades enquanto apoio técnico e operacional;

- b) Realização de reuniões de planejamento e avaliação entre os técnicos da CGT;

- c) Realização de reuniões de planejamento e avaliação com as instituições de ensino, parceiros, formadores e gestão.

11. FONTES FINANCIADORAS

O Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS Vitória têm como fontes financiadoras para a sua execução:

- a) Tesouro Municipal;
- b) Governo do Estado;
- c) Governo Federal - IGD Suas.

12. PARCERIAS

Para execução do PMEP depender-se-á da parceria das seguintes instituições:

- a) Escola de Governo de Vitória – EGV;
- b) Escola Técnica de Saúde de Vitória – ETSUS;
- c) Instituições de Ensino Superior credenciadas pelo Ministério da Educação;
- d) Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA);
- e) Governo do Estado do Espírito Santo por meio da Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES);
- f) Colegiado de Gestores Municipais do Espírito Santo – COGEMASES.

13. REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional da Assistência Social. **Norma Operacional Básica NOB-RH/SUAS**. Brasília, 2006.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. Brasília, 2012.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS ANOTADA**. Brasília, 2009.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/2013**. Brasília, 2013.

VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Assistência Social. **Plano Municipal de Assistência Social de Vitória: 2011- 2014**. Vitória, 2011.

VITÓRIA, Conselho Municipal de. **RESOLUÇÃO N.º 030/2013**do COMASV. Vitória, 2013

14. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do trabalho no âmbito do suas**: Uma contribuição Necessária. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 176 p. ; 23.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Capacitação do SUAS**. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 60 p. ; 23.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Conselho Nacional de Assistência Social. **TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS**. Resolução CNAS N° 109 de 11 de novembro de 2009. -- Brasília, DF: MDS e CNAS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Comissão Intergestora Tripartite. **PROTOCOLO DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS E TRANSFERÊNCIAS DE RENDA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS (2009)**. Resolução CIT N° 7 de 10 de setembro de 2009. -- Brasília, DF: MDS e CIT, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA E CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos (as) na Política de Assistência Social**. – Brasília, DF: CFP e CFESS, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. – Brasília, DF: CFESS, 2011.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 144 p. 23.

MUNIZ, Egli. **Orientações para processos de recrutamento e seleção de pessoal no Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. **Gestão do Trabalho: concepção e significado para o**

SUAS. In: GESTÃO DO TRABALHO NO ÂMBITO DO SUAS: Uma contribuição Necessária. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 176 p. ; 23.

SILVEIRA, Maria Luiza Faraone. **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Apoio à execução de suas funções.** Programa Prefeito Amigo da Criança. Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente. 2ª Edição. São Paulo, 2015.

PAES-SOUSA, Rômulo; VAITSMAN, Jeni (Orgs). **Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS 2004-2006.** Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. Brasília, 2007. TAPAJÓS, Luziele; QUIROGA, Júnia. Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS 2006-2010. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. Brasília, n. 13, 2010.

15. ANEXOS

Para fins de orientação no planejamento dos cursos, apresentamos a seguir tabelas com conteúdos sistematizados que foram propostos pelas gerencias, e suas respectivas equipes, em trabalho realizado pela Coordenação de Gestão do trabalho, em janeiro de 2016. Além disso, foi realizado um estudo sobre os cargos e funções definidos em Orientações Técnicas e Portarias do MDS, Resoluções do CNAS e os cargos discriminados na estrutura da SEMAS.

Níveis de proteção	Patamares Formativos	Conteúdos
Proteção Social Básica	Introdutório	Gestão dos CRAS Articulação entre CRAS e SCFV, CRAS e CREAS e os serviços da alta complexidade Tipificação dos serviços socioassistenciais Direitos socioassistenciais dos usuários Educação para Cidadania /transformação Direitos Humanos, diversidade sexual
	Atualização	Direitos e mobilização e organização comunitária Constituição da rede socioassistencial Educação para cidadania População em situação de rua e a relação com o CRAS Adolescentes egressos do Meio Fechado ou em regime de internação enquanto público de CRAS Metodologia do Trabalho Social com famílias.
	Aperfeiçoamento	População em situação de rua e a relação com o CRAS Adolescentes egressos do Meio Fechado ou em regime de internação enquanto público de CRAS

Níveis de proteção	Patamares Formativos	Conteúdos
Proteção Social Especial	Introdutório	Gestão dos CREAS /Sinase/ ECRIAD CREAS e a articulação com a rede socioassistencial e a de garantias de direitos, Direitos Humanos
	Atualização	Metodologia do trabalho social com famílias
	Aperfeiçoamento	Legislação: PCD, Idoso, Substâncias psicoativas, Trabalho Infantil, Operadores Sinase

Gestão	Patamares Formativos	Conteúdos
Gestão Planejamento e	Introdutório	CF/88 LOAS, PNAS, SUAS,

Regulação administrativo e financeiro		Gestão democrática Instancias de pactuação Construção de indicadores Planejamento Estratégico e participativo Financiamento
	Atualização	Gestão de programas e projetos Descentralização político-administrativa
	Aperfeiçoamento	Gestão Pública/ Direito Administrativo

Proposta de conteúdos para a formação de profissionais conforme os cargos da SEMAS.

Cargos	Patamares Formativos	Conteúdos
Assistente Social	Introdutório	Gestão do SUAS Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais Controle Social do SUAS Laudo e Parecer Social Elaboração do projeto Político Pedagógico Tipificação dos Serviços Socioassistenciais Programa Brasil sem Miséria Ética no Trabalho e profissional Evolução em prontuário físico e eletrônico Noções sobre saúde
	Atualização	Conceituações teóricas – família, vulnerabilidade, risco social e pessoal Direitos Humanos Direito Humano a Alimentação (GESAN) Movimentos Sociais Política da Criança e Adolescente Política da Pessoa Idosa Política da Pessoa com Deficiência Práticas educativas com crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idoso Trabalho social em rede para os públicos atendidos pela Política de Assistência Social Legislação pertinente ao nível de proteção social e/ou área de atuação em conformidade com os serviços socioassistenciais Violências (concepções e abordagens sociotécnicas) SINASE Evolução em prontuário físico e eletrônico Interdisciplinaridade Estatística básica (coleta de dados para análise) Abordagens de atendimento aos casos de doenças (infectocontagiosa ou não)
	Aperfeiçoamento	Metodologias de Trabalho com Família Protocolo de gestão integrada Violações de direitos Tipos de Grupo – técnicas participativas

		Diversidade cultural, gênero, sexual, étnica e religiosa Dependência química Desenvolvimento infante juvenil Evolução em prontuário físico e eletrônico
Psicólogo (a) (40h)	Introdutório	Gestão do SUAS Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais Controle Social do SUAS Laudo e Parecer Social Elaboração do projeto Político Pedagógico Tipificação dos Serviços Socioassistenciais Programa Brasil sem Miséria Ética no Trabalho e profissional Evolução em prontuário físico e eletrônico Noções sobre saúde
	Atualização	Direitos Humanos Movimentos Sociais Política da Criança e Adolescente Política da Pessoa Idosa Política da Pessoa com Deficiência Política de Promoção da mulher (garantia de direitos) Práticas educativas com crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idoso Direito Humano a Alimentação (GESAN) Evolução em prontuário físico e eletrônico Interdisciplinaridade Estatística básica (coleta de dados para análise)
	Aperfeiçoamento	Metodologias de Trabalho com Família Violações Tipos de grupo Diversidade cultural, gênero, sexual, étnica e religiosa Evolução em prontuário físico e eletrônico Saúde mental Dependência química SINASE x SUAS Prevenção e risco para doenças de contato
Pedagogo(a) PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO BÁSICA IV – PEB IV – FUNÇÃO PEDAGÓGICA	Introdutório	Gestão do SUAS Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais Controle Social do SUAS Laudo e Parecer Social → é atribuição do Assistente Social Elaboração do projeto Político Pedagógico Tipificação dos Serviços Socioassistenciais Programa Brasil sem Miséria Ética no Trabalho e profissional Evolução em prontuário físico e eletrônico Noções sobre saúde
	Atualização	Direitos Humanos Movimentos Sociais Política da pessoa Idosa Política da Criança e Adolescente Política da Pessoa com Deficiência Evolução em prontuário físico e eletrônico Direito Humano a Alimentação (GESAN)
	Aperfeiçoamento	Metodologias de Trabalho com Família Violações Tipos de Grupo Evolução em prontuário físico e eletrônico

Terapeuta Ocupacional	Introdutório	Gestão do SUAS Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais Controle Social do SUAS Relatório, laudo e Parecer Social Elaboração do projeto Político Pedagógico Tipificação dos Serviços Socioassistenciais Programa Brasil sem Miséria Ética no Trabalho e profissional Evolução em prontuário físico e eletrônico Direito Humano a Alimentação (GESAN) Noções sobre saúde Diversidade cultural, gênero, sexual, étnica e religiosa
	Atualização	Direitos Humanos Movimentos Sociais Política da Criança e Adolescente Política da Pessoa Idosa Política da Pessoas com Deficiência Práticas educativas com crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, e idoso
	Aperfeiçoamento	Metodologias de Trabalho com Família Violações Tipos de Grupo
Advogado(a) ORIENTAÇÃO JURÍDICA AO MUNÍCIPE	Introdutório	Gestão do SUAS Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais Controle Social do SUAS Laudo e Parecer Social Elaboração do projeto Político Pedagógico Tipificação dos Serviços Socioassistenciais Programa Brasil sem Miséria Ética no Trabalho e profissional Evolução em prontuário físico e eletrônico Direito Humano a Alimentação (GESAN) Noções sobre saúde
	Atualização	Direitos Humanos Movimentos Sociais Política da C e A Política do Idoso Política da PcD Práticas educativas com crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, e idoso
	Aperfeiçoamento	Metodologias de Trabalho com Família Violações Tipos de Grupo Diversidade cultural, sexual, étnica e religiosa
Contador(a)	Introdutório	Gestão do SUAS Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais Controle Social do SUAS Laudo e Parecer Social Elaboração do projeto Político Pedagógico Tipificação dos Serviços Socioassistenciais Programa Brasil sem Miséria Ética no Trabalho e profissional Estrutura orçamentária da PMV Financiamento do SUAS Rotinas administrativas Atendimento ao público

		<p>Normas de procedimento de aquisição de materiais e serviços</p> <p>Normas de procedimento de convênios e contratos</p> <p>Fundo público</p>
	Atualização	<p>Plano de Assistência Social – responsabilidades estatais e gestão democrática</p> <p>Legislação contábil aplicada a instituições privadas sem fins lucrativos</p> <p>Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil</p> <p>E-social</p> <p>Nova Contabilidade Pública</p> <p>Direito Humano a Alimentação (GESAN)</p>
	Aperfeiçoamento	<p>Ciclo orçamentário - LDO, LOA, PPA</p> <p>Demonstrativo físico-financeiro</p> <p>Orçamento Público</p> <p>Prestação de Contas</p> <p>Gestão e alocação de recursos nos fundos especiais</p> <p>Redação pública</p> <p>Noções de arquivologia</p> <p>Novas normas de contabilidade aplicada ao setor público</p>
Economista	Introdutório	<p>Gestão do SUAS</p> <p>Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais</p> <p>Controle Social do SUAS</p> <p>Laudo e Parecer Social</p> <p>Elaboração do projeto Político Pedagógico</p> <p>Tipificação dos Serviços Socioassistenciais</p> <p>Programa Brasil sem Miséria</p> <p>Ética no Trabalho e profissional</p> <p>Estrutura orçamentária da PMV</p> <p>Financiamento do SUAS</p> <p>Rotinas administrativas</p> <p>Atendimento ao público</p> <p>Normas de procedimento de aquisição de materiais e serviços</p> <p>Normas de procedimento de convênios e contratos</p> <p>Fundo público</p>
	Atualização	<p>Plano de Assistência Social – responsabilidades estatais e gestão democrática</p> <p>Captação de recursos</p> <p>Legislação contábil aplicada a instituições privadas sem fins lucrativos</p> <p>Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil</p> <p>E-social</p> <p>Nova Contabilidade Pública</p> <p>Direito Humano a Alimentação (GESAN)</p>
	Aperfeiçoamento	<p>Financiamento do SUAS</p> <p>Ciclo orçamentário - LDO, LOA, PPA</p> <p>Demonstrativo físico-financeiro</p> <p>Orçamento Público</p> <p>Prestação de Contas</p> <p>Gestão e alocação de recursos nos fundos especiais</p> <p>Redação pública</p> <p>Noções de arquivologia</p> <p>Novas normas de contabilidade aplicada ao setor público</p>

Administrador(a)	Introdutório	<p>Gestão do SUAS Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais Controle Social do SUAS Laudo e Parecer Social Elaboração do projeto Político Pedagógico Tipificação dos Serviços Socioassistenciais Programa Brasil sem Miséria Ética no Trabalho e profissional Estrutura orçamentária da PMV Financiamento do SUAS Rotinas administrativas Atendimento ao público Normas de procedimento de aquisição de materiais e serviços Normas de procedimento de convênios e contratos Fundo público</p>
	Atualização	<p>Plano de Assistência Social – responsabilidades estatais e gestão democrática Captação de recursos Monitoramento Legislação contábil aplicada a instituições privadas sem fins lucrativos Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil E-social Nova Contabilidade Pública Direito Humano a Alimentação (GESAN)</p>
	Aperfeiçoamento	<p>Financiamento do SUAS Ciclo orçamentário - LDO, LOA, PPA Demonstrativo físico-financeiro Orçamento Público Prestação de Contas Gestão e alocação de recursos nos fundos especiais Redação pública Noções de arquivologia Novas normas de contabilidade aplicada ao setor público</p>
Sociólogo(a)	Introdutório	<p>Gestão do SUAS Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais Controle Social do SUAS Laudo e Parecer Social Elaboração do projeto Político Pedagógico Tipificação dos Serviços Socioassistenciais Programa Brasil sem Miséria Ética no Trabalho e profissional</p>
	Atualização	<p>Plano de Assistência Social – responsabilidades estatais e gestão democrática Captação de recursos Direito Humano a Alimentação (GESAN)</p>
	Aperfeiçoamento	<p>Metodologias de Trabalho com Família Violações Tipos de Grupo Evolução em prontuário físico e eletrônico Diversidade cultural, sexual, étnica e religiosa</p>
Economista Doméstico	Introdutório	<p>Gestão do SUAS Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais</p>

		<p>Controle Social do SUAS Laudo e Parecer Social Elaboração do projeto Político Pedagógico Tipificação dos Serviços Socioassistenciais Programa Brasil sem Miséria Ética no Trabalho e profissional Evolução em prontuário físico e eletrônico Noções sobre saúde</p>
	Atualização	<p>Plano de Assistência Social – responsabilidades estatais e gestão democrática Evolução em prontuário físico e eletrônico Direito Humano a Alimentação (GESAN)</p>
	Aperfeiçoamento	<p>Evolução em prontuário físico e eletrônico</p>
Antropólogo(a)	Introdutório	<p>Gestão do SUAS Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais Controle Social do SUAS Laudo e Parecer Social Elaboração do projeto Político Pedagógico Tipificação dos Serviços Socioassistenciais Programa Brasil sem Miséria Ética no Trabalho e profissional Evolução em prontuário físico e eletrônico</p>
	Atualização	<p>Plano de Assistência Social – responsabilidades estatais e gestão democrática Evolução em prontuário físico e eletrônico Direito Humano a Alimentação (GESAN)</p>
	Aperfeiçoamento	<p>Evolução em prontuário físico e eletrônico</p>
Assessor(a) Técnico Cargo, exclusivo, em comissão	Introdutório	<p>Gestão do SUAS Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais Controle Social do SUAS Laudo e Parecer Social Elaboração do projeto Político Pedagógico Tipificação dos Serviços Socioassistenciais Programa Brasil sem Miséria Ética no Trabalho e profissional Evolução em prontuário físico e eletrônico Noções sobre saúde</p>
	Atualização	<p>Direitos Humanos Direito Humano a Alimentação (GESAN) Movimentos Sociais Política da C e A Política do Idoso Política da PcD Práticas educativas com crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idoso Evolução em prontuário físico e eletrônico</p>
	Aperfeiçoamento	<p>Metodologias de Trabalho com Família Violações Tipos de Grupo Diversidade cultural, sexual, étnica e religiosa Evolução em prontuário físico e eletrônico</p>

<p>Coordenador(a) de Área Cargo, exclusivo, em comissão</p>	<p>Introdutório</p>	<p>Gestão do SUAS Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais Controle Social do SUAS Laudo e Parecer Social Elaboração do projeto Político Pedagógico Tipificação dos Serviços Socioassistenciais Programa Brasil sem Miséria Ética no Trabalho e profissional Rotinas administrativas Evolução em prontuário físico e eletrônico Noções sobre saúde</p>
	<p>Atualização</p>	<p>Direitos Humanos Movimentos Sociais Política da C e A Política do Idoso Política da PcD Práticas educativas com crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idoso Evolução em prontuário físico e eletrônico Direito Humano a Alimentação (GESAN)</p>
	<p>Aperfeiçoamento</p>	<p>Metodologias de Trabalho com Família Violações Tipos de Grupo Diversidade cultural, sexual, étnica e religiosa Evolução em prontuário físico e eletrônico</p>
<p>Coordenador (a) Geral Cargo, exclusivo, em comissão I</p>	<p>Introdutório</p>	<p>Gestão e Financiamento do SUAS Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais Controle Social do SUAS Laudo e Parecer Social Elaboração do projeto Político Pedagógico Tipificação dos Serviços Socioassistenciais Programa Brasil sem Miséria Ética no Trabalho e profissional Evolução em prontuário físico e eletrônico Noções sobre saúde Estatísticas (básica produção e análise de dados) Mediação de conflitos Relações interpessoais Gestão de Pessoas</p>
	<p>Atualização</p>	<p>Direitos Humanos Movimentos Sociais Política da C e A Política do Idoso Política da PcD Práticas educativas com crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idoso Evolução em prontuário físico e eletrônico Direito Humano a Alimentação (GESAN)</p>
	<p>Aperfeiçoamento</p>	<p>Metodologias de Trabalho com Família Violações Tipos de Grupo Diversidade cultural, sexual, étnica e religiosa Evolução em prontuário físico e eletrônico</p>

Assistente Administrativo FUNÇÕES ADM. (CNAS 09/2014)	Introdutório	Gestão do SUAS Rotinas administrativas Informática Atendimento ao Público Ética no Trabalho e profissional Noções sobre saúde Diversidade cultural, sexual, étnica e religiosa Noções de higiene Práticas Educativas com Pessoas com Deficiência Utilização do sistema de informação - SIGAFWeb
	Atualização	Português Práticas Educativas com Pessoa com Deficiência Conhecimento de contratação recursos humanos e contratação recursos materiais
	Aperfeiçoamento	Redação oficial Noções de Arquivologia Diversidade cultural, gênero, sexual, étnica e religiosa Registro de preço Regime diferenciado de contratações públicas (RDC) Licitação Almoxarifado
Cuidador(a) Social (CNAS 09/2014)	Introdutório	Gestão do SUAS Direitos Humanos Noções de Higiene Ética no Trabalho e profissional Evolução em prontuário físico e eletrônico Noções sobre saúde
	Atualização	Evolução em prontuário físico e eletrônico Direito Humano a Alimentação (GESAN)
	Aperfeiçoamento	Evolução em prontuário físico e eletrônico
Educador (a) Social (Formação nível médio e Superior) CNAS 09/2014	Introdutório	Legislação pertinente (SUAS, ECRAD, SINASE.) Elaboração de Projeto político Pedagógico Trabalho social em rede Diversidade cultural, gênero, sexual, étnica e religiosa Direitos Humanos Evolução em prontuário físico e eletrônico Ética no Trabalho e profissional Noções sobre saúde/Primeiro Socorros
	Atualização	Práticas educativas com criança, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos Práticas para inserção no mundo do trabalho Evolução em prontuário físico e eletrônico Direito Humano a Alimentação (GESAN) Medidas sócio educativas Dinâmicas grupais População em situação de rua Violação de Direitos
	Aperfeiçoamento	Metodologias de trabalho com famílias Evolução em prontuário físico e eletrônico
Motorista	Introdutório	Gestão do SUAS Direitos Humanos Ética no Trabalho e profissional Atendimento ao público Diversidade cultural, sexual, étnica e religiosa Noções sobre saúde

	Aperfeiçoamento	Direção defensiva Conflitos territoriais Prevenção de doenças de contato Higienização de veículos População em situação de rua
Cozinheiro (a) Correlação AGENTE DE SUPORTE OPERACIONAL	Introdutório	Gestão do SUAS Direitos Humanos Noções de Higiene Noções sobre saúde Ética no Trabalho e Profissional Controle de Estoque Organização do ambiente de trabalho Prevenção de doenças de contato
	Aperfeiçoamento	Alimentação saudável Direito Humano a Alimentação (GESAN) Redução de Geração de Resíduos Prevenção de Acidentes
Auxiliar de Cuidador(a) social Alimentação, Limpeza e Lavanderia CNAS 09/2014	Introdutório	Gestão do SUAS Direitos Humanos Noções de Higiene Ética no Trabalho e profissional Noções sobre saúde Controle de Estoque Organização do ambiente de trabalho Prevenção de doenças de contato
	Aperfeiçoamento	Alimentação saudável Utilização de EPI Direito Humano a Alimentação (GESAN)
Instrutor de Libras (Formação nível médio e Superior) CNAS 09/2014	Introdutório	Gestão do SUAS Ética no trabalho profissional Elaboração do projeto político pedagógico
	Atualização	Direitos humanos Política da Pessoa com Deficiência Práticas educativas para as Pessoas com Deficiência
	Aperfeiçoamento	Tipos de grupos Diversidade cultural, sexual, étnica e religiosa
Intérprete de Libras (Formação nível médio e Superior) CNAS 09/2014	Introdutório	Gestão do SUAS Ética no trabalho profissional Elaboração do projeto político pedagógico
	Atualização	Direitos humanos Política da Pessoa com Deficiência Práticas educativas para as Pessoas com Deficiência
	Aperfeiçoamento	Tipos de grupos Diversidade cultural, sexual, étnica e religiosa

Segurança CNAS 09/2014	Introdutório	Gestão do SUAS Direitos Humanos Ética no Trabalho e profissional Atendimento ao público
	Atualização	Temática na área de segurança (prédios públicos, mercadorias e pessoas)
	Aperfeiçoamento	Diversidade cultural, gênero, sexual, étnica e religiosa

Propostas de conteúdos para a formação de Agentes da Defesa Civil

Agentes da Defesa Civil	Introdutório	Curso de Geoprocessamento - é o tratamento das informações geográficas, ou de dados georreferenciados, por meio de softwares específicos e cálculos. Ou, ainda, o conjunto de técnicas relacionadas ao tratamento da informação espacial
	Atualização	Curso de ArcGIS - É um Sistema de Informação Geográfica (GIS) utilizado para criação e utilização de mapas, compilação de dados geográficos, análise de informações mapeadas e gestão de informações geográficas em bancos de dados.
	Aperfeiçoamento	Curso de AUTOCAD - é um software do tipo CAD — computer aided design ou desenho auxiliado por computador - criado e comercializado pela Autodesk, Inc. desde 1982. É utilizado principalmente para a elaboração de peças de desenho técnico em duas dimensões (2D) e para criação de modelos tridimensionais (3D).

Propostas de conteúdos para a formação do Conselho Tutelar

Conselheiro Tutelar	Introdutório	Estudo aprofundado do ECRID (aulas práticas e teóricas) Legislações pertinentes ao conselho tutelar Legislações federais (CF/88, SUAS, SUS, Pessoa com Deficiência, SINASE, direitos humanos, educação) Sistema de garantia de direitos
	Atualização	Gestão do SUAS Ética no Trabalho e profissional Conhecimento e utilização dos sistemas de informação do município Redação oficial Atendimento ao público

	Aperfeiçoamento	Diversidade cultural, gênero, sexual, étnica e religiosa Funcionamento do judiciário Intersectorialidade – Trabalho social com famílias
--	-----------------	--

Propostas de conteúdos para a formação dos conselheiros de direitos vinculados a SEMAS

Conteúdos – Modulo Geral:

Controle Social	Patamares Formativos	Conteúdos
A atuação dos conselhos de políticas públicas como instâncias de controle social	Introdutório	<p>Democracia participativa no Brasil contemporâneo: A transformação da democracia representativa gestão compartilhada.</p> <p>Estado e Sociedade – a integração dos cidadãos à gestão administrativa e sua participação na formulação, planejamento e controle das políticas públicas.</p> <p>O exercício do controle social por órgãos internos na administração municipal e órgãos externos.</p> <p>Organização e funcionamento dos conselhos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – instituição e estruturação dos conselhos, sua composição, autonomia administrativo financeira e articulação com outras instâncias de controle social. – ampliação do processo de participação da sociedade nos conselhos de políticas públicas: <p>Como fortalecer o vínculo entre conselho e sociedade? Como engajar cidadãos para participarem desse mecanismo de controle social? E como o Estado pode contribuir nesse processo?</p> <ul style="list-style-type: none"> – A participação dos cidadãos na execução e controle das políticas públicas por meio de conselhos, exemplos existentes na execução das Políticas Sociais: <p>Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Programa Bolsa Família, Programa Saúde da Família – PSF, Fundo de Educação Básica – Fundeb, dentre outros.</p>
	Atualização	<p>Controle Social do Orçamento Público:</p> <ul style="list-style-type: none"> – O planejamento, alocação dos recursos para as políticas públicas e o acompanhamento da execução do orçamento público. <p>-Leis e normas que devem ser seguidas para o planejamento, instituição e instrumentos para o controle do orçamento público.</p> <p>-Prioridades em termos dos gastos públicos na cidade.</p>

CONTEUDOS - MÓDULOS ESPECÍFICOS:

COMASV	Patamares Formativos	Conteúdos
--------	----------------------	-----------

O papel do COMASV no exercício do controle social da Política de Assistência Social	Introdutório	<p>Processo histórico da Assistência Social no Brasil.</p> <p>Marcos legais: LOAS, Suas e demais normativas da Assistência nas três esferas de governo.</p> <p>Organização e funcionamento do SUAS:</p> <p>SUAS Vitória;</p> <p>Gestão e Recursos Humanos;</p> <p>Os níveis de Proteção Social e os Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais;</p> <p>Financiamento da Assistência Social pelas três esferas de governo;</p> <p>Gestão de contratos e convênios.</p>
CONCAV	Patamares Formativos	Conteúdos
O papel do CONCAV no exercício do controle social da Política da Criança e do Adolescente	Introdutório	<p>O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente: Conceito, atribuições e estrutura.</p> <p>Marcos legais: Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente.</p> <p>A doutrina da proteção integral da criança e do adolescente.</p> <p>A política de direitos humanos da criança e do adolescente no Brasil.</p> <p>O Sistema de Garantia de Direitos de criança e adolescentes: estrutura e finalidade; Política, planos e programas municipais relacionados à criança e ao adolescente;</p> <p>Fundo da Criança e do Adolescente – FIA.</p>
COMID	Patamares Formativos	Conteúdos
O papel do COMID no exercício do controle social da Política do Idoso	Introdutório	<p>Conselho da Pessoa Idosa: composição, funcionamento e atribuições.</p> <p>Marcos legais: Constituição Federal de 1988, Estatuto do Idoso, Política Nacional do Idoso, entre outros;</p> <p>Fundos Públicos e o Fundo Municipal do idoso;</p> <p>Rede de proteção e direitos da Pessoa Idosa: intersectorialidade das políticas;</p> <p>Política, planos e programas municipais relacionados à pessoa idosa (intersectorialidade)</p>
COMPED	Patamares Formativos	Conteúdos
O papel do COMPED no exercício do controle social da Política da Pessoa com Deficiência	Introdutório	<p>Conselho da Pessoa com Deficiência: composição, funcionamento e atribuições.</p> <p>Marcos legais: O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Acessibilidade.</p> <p>Fundos Públicos.</p> <p>Rede de proteção e direitos da Pessoa com Deficiência: intersectorialidade das políticas.</p> <p>Políticas, planos e programas municipais relacionados à pessoa com deficiência (intersectorialidade).</p>
COMSEA	Patamares Formativos	Conteúdos
O papel do Comsea no exercício do controle social da Política de SAN	Introdutório	<p>A Segurança Alimentar e Nutricional – SAN e o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável- DHAA.</p> <p>Os marcos e instrumentos legais para a efetividade da Segurança Alimentar e Nutricional – SAN.</p> <p>O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sisan.</p> <p>A Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.</p> <p>A Intersetorialidade de Segurança Alimentar e Nutricional.</p> <p>O papel do Comsea no exercício do controle social da Política de SAN</p>